

# O movimento estudantil nos "anos de chumbo" e a realização do 31º Congresso da UNE

Angélica Müller\*

Este artigo é parte integrante da minha tese de doutorado em História Social defendida na Universidade de São Paulo e na Université de Paris 1 (Panthéon Sorbonne). Nela, procuro mostrar que a continuidade da resistência do Movimento Estudantil (ME) durante "os anos de chumbo" propiciou a volta deste ator político às ruas, em 1977, na vanguarda dos demais movimentos sociais que começavam a se estruturar naquela conjuntura. Nesse sentido, a tese atesta que o ME apresenta um papel de destaque no que se refere às movimentações em prol da redemocratização do país.

Aqui, a ideia é apresentar algumas reflexões sobre o período, mostrando que após o Congresso de Ibiúna, em 1968, o ME não "desapareceu", "morreu" ou ainda "se desarticulou por completo", como sugere boa parte da historiografia corrente. E um dos pontos de discussão está centrado na realização do 31º Congresso da UNE, em 1971.

A conjuntura do início dos anos de 1970, por ser extremamente negativa do ponto de vista das esquerdas, não permitia o funcionamento de grandes organizações e de grandes movimentações de massa. O estudante de geologia da USP, Adriano Diogo, que se dizia próximo da Aliança Libertadora Nacional (ALN)<sup>2</sup>, afirmou: "A gente falava: a UNE somos nós' e era mesmo!" (informação verbal)<sup>3</sup>. Essa pequena "vanguarda" que organiza-



Os estudantes tiveram grande importância na luta contra a ditadura

va o ME, além de viver a ameaça de prisões, torturas e mortes, também se desfalcava com a perda de militantes que optavam pela luta armada<sup>4</sup>. Nessa ocasião, algumas organizações viam o ME como "fonte" de recrutamento de militantes para a luta armada. Outras incentivavam as duas frentes de resistência, caso do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) que, mesmo preparando sua guerrilha, continuava a manter suas bases nas universidades. Nesse caso, observa-se que havia uma ponte entre as diferentes formas de resistência.

Um documento da gestão da UEE/SP de 1971 mostra uma forma de organização inspirada claramente nos "moldes" dos grupos clandestinos, pois o trabalho de seus quadros orgânicos era distribuído por setores estanques e autônomos, que não se

A ideia é apresentar algumas reflexões sobre o período, mostrando que após o Congresso de Ibiúna, em 1968, o ME não "desapareceu", "morreu" ou ainda "se desarticulou por completo", como sugere boa parte da historiografia corrente.

relacionavam (ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1971)<sup>5</sup>. Esse e o exemplo anterior permitem observar a ligação entre as diferentes propostas de resistência no período, bem como a ação das correntes políticas atuantes no movimento.

No início do segundo semestre de 1970, a UNE realizou mais um conselho nacional. Na pauta da reunião, além das discussões de conjuntura

nacional e internacional, constava a proposta de organização do 31º congresso da entidade. Segundo o jornal *O Movimento*, na edição de agosto, esse conselho foi preparado através de conselhos de CAs em treze Estados. A nota comentava que ainda tinha havido “unanimidade em todas as proposições, revelando o amadurecimento político e o elevado espírito de unidade que anima o movimento estudantil” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970a).

Nas resoluções do conselho, há contradições que eram e continuam sendo próprias dos movimentos de resistência:

O aguçamento da crise política e social em nosso país, com o agravamento da situação econômica do povo, a intensificação do entreguismo, da exploração e do terrorismo policial, conjugados com a demagogia como métodos de governo, a ampliação sem precedentes da oposição ao regime militar e à dominação imperialista [...] a situação inteiramente favorável ao ME, caracterizado pelas condições anteriormente enumeradas e ainda pela reaglutinação e reorganização de nossas forças conseguida através das recentes e agressivas vitórias contra o regime militar, tais como a repercussão que vem sendo obtida pela Campanha Nacional contra os Crimes da Ditadura [...]. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Esse excerto do texto permite supor que a liderança do movimento não estava “conectada” com a realidade que o país vivenciava. Mas a continuidade da leitura permite outro entendimento:

Com o agravamento da situação política nacional a tendência à radicalização crescente dos choques entre os estudantes e o regime, torna-se indispensável organizar frentes de vanguardas por turma e faculdade. Tais frentes que devem ultrapassar as característi-

cas meramente estudantis, adotando uma perspectiva revolucionária e geral, serão importantes pontos de apoio de representação, organização e autodefesa indispensável às ações mais radicais, e jogarão um importante papel na participação dos estudantes no combate à ditadura militar e ao imperialismo ianque. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Como se pode notar, esse outro excerto propõe formas alternativas de luta, ou seja, os dirigentes se davam conta de que a organização não poderia mais ser a mesma e que ações isoladas, por exemplo, poderiam fazer a diferença na hora de resistir. Mas compreendiam também que se tornava necessário traçar um panorama meramente favorável com intuito de estimular os estudantes a resistir.

O documento, na sua íntegra, permite perceber, ainda, posicionamentos de diferentes grupos políticos. Parece clara a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a sua linha de defesa democrática e legalista, quando se lê o seguinte excerto: “Fatos que reafirmam a larga e promissora perspectiva aberta ao movimento democrático e patriótico da nossa gente”. E ainda “[precisamos] superar o sectarismo e atuar em frentes legais. É necessário não confundir radicalização com estreiteza e intensificar o

aproveitamento das formas legais e semilegais”. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

Segundo Ronald Rocha (informação verbal)<sup>6</sup>, diretor da UNE na época, desde Ibiúna, o PCB não participava das eleições e fóruns da UNE, por considerá-las ilegais. Nesse caso, o ex-diretor explica que o documento se tratava de um “esforço”, principalmente das duas correntes que passaram atuar dentro da UNE (PC do B e AP): manter alguns instrumentos que pudessem dar prosseguimento às lutas encampadas pelos estudantes mesmo que eles contrariassem a política que essas correntes pregavam para o ME.<sup>7</sup>

Ainda, a normativa do conselho diz que a “luta pelas entidades e pelo direito de livre organização” deveria estar associada à campanha de denúncia da repressão policial e que a organização do movimento deveria ser feita sem a espera da “aquiescência dos ditadores e de suas leis”. Nesse sentido, organizar as representações se fazia mister, “aplicando formas convenientes a cada situação: DAs ou conselhos de representantes, legais, semilegais, ilegais ou clandestinos, sendo necessário preservar sua legitimidade para os estudantes” (informação verbal)<sup>8</sup>. Nota-se, assim, o arranjo que procura dar conta de contemplar as diversas formas de ação possíveis, até mesmo dentro da opção oferecida pelo regime.



Disparo de jato de água utilizado pela polícia para dispersão de agrupamentos

Mesmo com as forças reduzidas, o coletivo que tocava a UNE preparava seu 31º Congresso, cuja realização tinha sido condicionada às possibilidades de uma “ampla” representatividade dos delegados de cada faculdade (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]a).

O 31º Congresso acabou se realizando. Foi estruturado nos moldes do anterior, ou seja, em quatro etapas: a discussão e preparação política nas escolas deveria ser “a mais ampla possível”, culminando com a escolha dos delegados; a realização dos encontros estaduais, reunindo os delegados escolhidos em cada faculdade, que discutiriam os problemas regionais, formulariam propostas e indicariam os delegados dos Estados para a plenária nacional do Congresso<sup>9</sup>; a eleição da nova diretoria; e a última etapa, que consistiria na divulgação das propostas aprovadas no Congresso nas escolas.<sup>10</sup>

É interessante ressaltar que, em relação aos critérios de representação para a escolha de delegados, foram formuladas normas que seriam aplicadas respeitando as possibilidades regionais ou locais:

Recomenda-se ainda, onde não seja possível reunir o Congresso do DA, que a diretoria e o conselho representativo de turma ampliem seu poder de decisão aos companheiros mais ativos da escola. As escolas que não possuem nenhum dos instrumentos de representação e nem tenham condições de montá-los poderão ser representadas pelo conselho de representantes nos órgãos colegiados, desde que tenham sido eleitos também como uma representação política, que funcione organicamente enquanto fala e reconheça e apoie o Congresso da UNE. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 305)<sup>11</sup>.

As referências à realização do 31º Congresso em 1971 são poucas. Em um depoimento no Quartel General



da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1971, o depoente Ademar Alvarenga Prado, codinome “Lúcio” (que respondia a um processo coletivo referente à atuação da Ação Popular) narra como foi o “caminho” para chegar até o Rio de Janeiro, onde seria realizado o 31º Congresso (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b).

Ele declarou que saiu de Goiânia no dia 1º de novembro daquele ano e deveria chegar ao Rio de Janeiro no dia 2, dia do Congresso. Após cobrir um ponto com Honestino, rodou em um carro de olhos fechados, até chegar a uma casa em que havia ao todo sete indivíduos. Ainda confirmou que Honestino foi o dirigente do Congresso, no qual foi discutida uma proposição de carta da UNE referente à situação do país: entidades estudantis em funcionamento e apanhado da situação nacional e internacional. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 330).

Nilton Santos traz um relato de Newton Miranda Sobrinho, segundo ele presidente da entidade entre julho de 1971 a 1973 (HISTÓRIA, 1980, p. 109-112); no relato, afirma que o Congresso aconteceu no segundo semestre de 1971, numa reunião nacional, e que, ao todo, foram eleitos 11 diretores representando diversos Estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e Rio Grande

do Sul (HISTÓRIA, 1980, p. 110). Um documento confidencial do Exército sobre a participação de estudantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B<sup>12</sup>) traz o nome de seis participantes no Congresso no Rio: Luiz, da Paraíba; Manoel, de Sergipe; Joaquim, da Bahia; Carlos, de São Paulo; Ademar Alvarenga Prado e Gil, Monteiro Guimarães. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1972).

Nilton Santos, além de recuperar depoimentos de ex-dirigentes, apresenta uma carta com a mensagem aprovada no 31º Congresso. É interessante ressaltar que ela começa com o item “A UNE e as liberdades democráticas”, no qual se argumenta que “a liberdade, direito fundamental de toda nação e de todo ser humano, tornou-se palavra morta no Brasil” (HISTÓRIA, 1980, p. 120). O documento é dividido em duas partes. A primeira se refere à supressão das liberdades e à “venda” do país para o imperialismo americano. A segunda parte acentua a questão educacional, pautando as lutas contra os Decretos-Leis n. 477 e 464<sup>13</sup>, o Projeto Rondon e a criação da disciplina de “Moral e Cívica”. A mensagem se encerra com algumas palavras de ordem, como “Queremos liberdade – Abaixo a ditadura”.

Ronald Rocha confirma a versão do Congresso do Rio realizado numa casa no subúrbio, com a participação

de um delegado de cada Estado (ou região), o que significava um número restrito de pessoas, pertencentes somente à AP e ao PC do B. Segundo Ronald, a ALN foi convidada, mas acabou não participando. Seus dirigentes apenas apoiaram o nome de Jorge Paiva, que, ao longo do processo, acabou se filiando ao PC do B (informação verbal)<sup>14</sup>.

Referências sobre o 31º Congresso são pouco mencionadas na bibliografia sobre o tema. Arthur Poerner relata ser “Honestino presidente interino efetivado num minicongresso ocorrido em setembro de 1971” (POERNER, 1979, p. 278-279). Maria Paula Araújo também se refere brevemente ao minicongresso de 1971.

Segundo Augusto Buonicore (2008), foi um congresso da vanguarda estudantil bem diferente do anterior em Ibiúna, “[...] realizado nas condições que a conjuntura repressiva permitia: portanto, foi o processo mais amplo – e mais democrático – que se poderia realizar naquele momento”.<sup>15</sup>

Essa versão da realização do 31º Congresso em 1971 é contestada por algumas correntes que consideram aquele congresso “pouco representativo”, uma vez que as parcas condições que a militância vinha enfrentando não permitiam uma discussão ampla, sob o caráter de congresso. Embora havendo divergências de opinião sobre a importância do congresso, concordo com Buonicore, quando afirma que ele foi o processo possível de ser realizado dentro daquela conjuntura. A partir da questão, outro dado pode ser levantado: dentre as forças de esquerda que ofereciam resistência à ditadura naquele momento, boa parte preferia envidar esforços na luta armada que no ME, evidenciando haver uma disputa política entre as organizações que opunham resistência ao regime.

A partir de 1971, as referências às ações da entidade praticamente de-



saparecem, assim como as menções à UNE. Ronald Rocha afirma que a entidade continuou em ação até 1973; em 1972, colaborou na organização das comemorações da Semana de Arte Moderna e esteve presente nas ações promovidas pelo Conselho de Centro Acadêmicos (CCA) da USP contra o “ensino pago”, como veremos adiante. Ronald afirma ainda que editou o jornal *O Movimento* até fins de 1972 e que a última reunião de diretoria ocorreu em junho de 1972.

Em depoimento à Polícia Política em 1973, José Carvalho de Noronha, conhecido como “Antônio”, do PC do B, afirmou que Ronald de Oliveira Rocha já o conhecia pela sua participação na UNE. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973a).

Num processo movido contra militantes da APLM em Brasília, há referências à atuação da “extinta UNE” em 1972, relacionadas à elaboração e distribuição de panfletos “subversivos”, e há também a Honestino como presidente da entidade nesse ano. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19-]c, p. 656).

Em outro depoimento, também de 1973, o estudante da USP, Luiz Antônio Bongiovani, também chamado de “Bombom”<sup>16</sup>, afirma que foi “induzido [por Alexandre Vannucchi Leme] a manter ligações com elemento da UNE de codinome ‘Chico’, com quem con-

tatos foram feitos através de Marcelo José Chueiri” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973b, p. 73). Ainda afirmou que

Participou da reunião da UNE na UFF em companhia de ‘Chico’, sendo certo que após conversar com Ronaldo a respeito de ‘Chico’ descobriu que pela descrição, esse elemento era o próprio Honestino Guimarães, agitador do meio estudantil, procurado pelos órgãos de segurança (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1973b, p. 72).

É importante notar que, no início de outubro de 1973, grande parte da diretoria da UNE foi presa, incluindo Ronald Rocha e Honestino Guimarães. Devido às prisões, surgiu uma divergência interna em relação ao destino da UNE: Newton Miranda afirma que recebeu ordens para a dissolução da entidade, mas tal afirmativa foi refutada por Ronald Rocha, segundo o qual a UNE foi se desarticulando com a prisão dos seus dirigentes: “A entidade foi se exaurindo e seus diretores trabalharam até onde puderam.” (informação verbal)<sup>17</sup>. Independentemente das versões contraditórias sobre o “fim” da UNE, cabe ressaltar que houve uma continuidade nas atividades desenvolvidas por aqueles que estavam representando a entidade estudantil, até meados de 1973. O caso

é elucidativo, ainda, para se constatar que a ação repressiva do regime conseguiu “desmontar” a entidade como representante dos estudantes em nível nacional.

Após o desmonte da entidade nacional pela ação repressiva do regime, os estudantes que se propuseram a continuar a resistência contra o regime tiveram que se organizar de outra maneira, certamente sem o alcance que a UNE possibilitava. Mas considero que as novas formas de luta dos estudantes não significaram o fim das atividades estudantis.

Cabe supor que as propostas normativas do conselho de agosto de 1970 referentes à organização de pequenos grupos nas universidades foram levadas a cabo, pois a articulação dos centros acadêmicos e das representações de turma que tiveram sobrevida permitiu a realização de ações em nome do movimento, durante o período mais duro da repressão.

Mirza Pellicciotta reforça essa tese, quando argumenta que “trata-se de recuperar o papel político do discurso diante dos órgãos colegiados da universidade”, o que só foi possível através de uma “rearticulação dos representantes estudantis oficiais dentro do curso (eleitos de forma ‘isolada’) com o percurso de recomposição coletiva da ‘entidade’ (proibida de exercer atividades políticas representativas)”. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 75).

Esse momento permitiu uma reflexão com sentido de “autocrítica” e consequente definição de novas estratégias que permitiram a continuidade da luta contra o regime<sup>18</sup>.

Um documento de vinte e oito páginas, datado de outubro de 1971 e assinado pela UEE/SP, gestão “nova UEE”, refere-se a esse processo. Para os representantes dessa entidade, o ME não conseguira retomar o caminho das lutas de massa, o que levou as vanguardas a chegar numa fase

de reanálise da realidade. Resumindo, atestavam como entraves à luta a repressão, de um lado, e, de outro, a debilidade orgânica e política das entidades representativas estudantis, além do baixo nível de consciência da massa e a deficiente politização da vanguarda (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 2). A partir dessas constatações, elaboraram um texto, com os seguintes argumentos:

Esse panorama nos mostra que os estudantes, tradicionalmente habituados à atuação legal existente até 1968, não conseguiram se munir convenientemente de meios de atuação que lhes possibilitassem continuar suas lutas nas condições de dura repressão inauguradas com o AI-5. Com a restrição drástica da faixa legal de atuação e a incapacidade da vanguarda (por baixo nível político) em se adaptar para a luta na ilegalidade, os CAs pouco conseguem fazer além de atividades cultu-



O 31º Congresso original realizou-se entre setembro e outubro de 1971. Foi nele que Honestino Guimarães foi reconduzido para a presidência da entidade. Preso pela ditadura em 10 de outubro de 1973, nunca mais foi encontrado.

rais e pequenas reivindicações, as UEEs e a UNE desapareceram da memória da massa, e a vanguarda só consegue se comunicar com o conjunto de estudantes, politicamente, em grau insuficiente. [O problema persiste ainda pois] as novas gerações que anualmente adentram a universidade não têm tradições de luta, sofreram todo impacto da propaganda governamental e possuem, portanto, baixo nível de consciência. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 3).

Propunham, portanto, uma preparação maior para a luta clandestina, sem renunciar à luta legal, uma vez que as circunstâncias exigiam atuação em todos os campos possíveis. Os CAs que possuíssem um grau um pouco maior de flexibilidade deveriam ter uma direção a mais democrática possível, devendo-se “cremar” a mentalidade partidária dentro das entidades.

Dentro das propostas da gestão “Nova-UEE”, no que diz respeito às outras organizações (DCEs-livres, UEEs e UNE), considerava-se que a única chance de sobrevivência era adaptação para a luta clandestina, uma vez que não existia mais a possibilidade de atuação na fronteira do legal/ilegal. E ressaltavam: “Mas só os que vivem dominados pela cegueira política crônica vislumbram isso atualmente. Essa atitude de ‘meio a meio’, de espera, é a atitude de espera pela morte.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 11).

A partir dessa constatação, foram traçados novos rumos para o movimento: entidades clandestinas, pequenas organizações dentro de cada universidade, sem concentração física de massa. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a, p. 26).

A própria avaliação do regime sobre o desempenho do movimento mostrava esse quadro. Relatório preparado pelo DOPS enfatizava que, Após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar os estudantes aos movimen-

Considero que, de fato, ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes, devido à forte repressão do regime ao movimento. No entanto, os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistência contra o regime, seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional ou, ainda, reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão.



Cenário das manifestações durante a repressão da ditadura militar

tos de massa vinham fracassando por vários motivos, entre os quais a falta de lideranças capacitadas, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha *militarista*, a legislação específica promulgada, a atuação vigorosa de órgãos de segurança que, irmãodos, conseguiram, senão deter, pelo menos controlar em seus nascimentos as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais da nossa juventude universitária. (CANCIAN, 2008. p. 31)<sup>19</sup>

O que o relatório do DOPS não levou em conta foi a reorientação que se deu ao ME. Considerava o movimento estagnado, sem renovação de lideranças, desde o Congresso de Ibiúna. Alguns autores concordam com essa versão e consideram que a retomada do movimento só ocorreu no fim do governo Médici.<sup>20</sup>

Numa perspectiva contrária a essa, considero que, de fato, ocorreu a “saída” do cenário político da maior entidade representativa dos estudantes, devido à forte repressão do regime ao movimento. No entanto, os estudantes universitários reformularam suas ações e encontraram formas alternativas de resistência contra o regime, seja através de ações específicas que gravitavam em torno da questão educacional ou, ainda, reivindicando valores democráticos e denunciando, através de diferentes atividades culturais, as atrocidades cometidas pela repressão. E foi essa continuidade de ações de resistência que permitiu ao ME ser o primeiro ator político a voltar às ruas na luta em prol da redemocratização do país. ❶

\* **ANGÉLICA MÜLLER** é doutora em História Social pela USP/ Paris 1-Panthéon Sorbonne. Pesquisadora associada do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle – Sorbonne. Consultora do Centro de Memória e Juventude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL. Documentos e Informes n. 3. Gestão “Nova UEE”, 002 - 1.2, maio 1971.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 18, v. 2, [19--]b.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 18, v. 3, [19--]c.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Brasil: Nunca Mais 205, p. 462, [19--]a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara. Confidencial. Congresso da Ex-UNE. Informação n. 181/72-H. Prontuário RJ: 32.460, gaveta 405, Honestino Monteiro Guimarães, 24.01.1972.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Política. Setor secreto. Ministério do Exército – I Exército – DOI n. 375/73, notação 128, p. 75, 27.12.1973a.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Polícia Política. Setor Secreto. Informação SP/SAS n. 1.950. Reunião do CA em Niterói ARSI/GB/DSI/MEC, notação 123, 28.09.1973b.

BUONICORE, Augusto. A UNE: uma página perdida da história. **Vermelho**. 26 out. 2008. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=1876&id\\_coluna=10](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1876&id_coluna=10)>. Acesso em: 02 jul. 2010.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o ato público na PUC-SP (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. O Movimento, cx. 36, 1970a.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Resoluções do Conselho Nacional

de Estudantes (UNE), GB/RJ, cx. 36, 1970b.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. UEE/SP, cx. 36, 1971a.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP. Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Aos companheiros combatentes da esquerda, cx. 36, 01.05.1971b.

COSTA, Caio Túlio. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa, 2003.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

HISTÓRIA da UNE: depoimento de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. v. 1. (Coleção História Presente, 4).

LIMA, Hamilton Garcia de. **O ocaso do comunismo democrático**: o PCB na última ilegalidade (1964-84). 1995. 488 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, Campinas, 1995.

MACHADO, Otávio. **Formação profissional, ensino superior e a formação da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia**: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1993.

**1** sobre a autora.

**2** “[Éramos] da área de influência da ALN; quem era da ALN mesmo ia para clandestinidade, porque era o seguinte: as pessoas iam para a clandestinidade por dois motivos, ou porque estavam tão procuradas no ME que não tinham condições de ir para legalidade ou por livre e espontânea vontade de ir para clandestinidade, com nome falso, morar fora de casa e tudo mais.” (Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.11.2004). A ALN, uma dissidência do PCB, surgiu em 1967, quando da participação do dirigente comunista Carlos Marighella, na Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, que, por essa razão, rompe com o partido para fundar sua organização. Marighella almejava adaptar o modelo cubano a certos dados da experiência brasileira. Dentre as ações armadas mais conhecidas do grupo está o sequestro do embaixador americano em 1969, mesmo ano da morte de Marighella. Para mais informações, consultar: (GORENDER, 2003).

**3** Depoimento de Adriano Diogo concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, São Paulo em 11.01.2004.

**4** Marcelo Ridenti aponta que os limites do ME estavam na sua própria estruturação, “no sentido de reivindicação de direitos, o que lhe poderia dar um ‘conteúdo reformista’. Para o sociólogo, ao procurar superar esses limites, muitas organizações esqueceram que as lutas reivindicatórias são, por vezes, passo necessário para a formação de uma consciência transformadora e acabaram por abandonar o ME em nome de algo mais profundo.” (RIDENTI, 1993. p. 133).

**5** O documento narra em uma página o processo de organização da UEE/SP naquele período, típica organização dos grupos que atuavam na clandestinidade, seja na luta armada, seja na resistência praticada dentro das universidades (ACERVO MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, 1971).

**6** Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

**7** Boa parte das correntes, nesse momento, era contrária à participação nas representações legais criadas e/ou permitidas pela ditadura.

**8** Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

**9** Em depoimento à polícia na Capital Federal, em 14.12.1971, Paulo César Fonteles da Silva afirmou que “houve um congresso, digo, congressinho preparatório do 31º Congresso da UNE, realizado em Goiânia, e que teve a participação de “Honestino”, “Eliseu” e “Lúcio”, ambos representando, respectiva-

mente, Brasília e Goiás; que soube um pouco antes de ser preso, pelo Cândido, que estaria para ser realizado um novo congresso da UNE e que o Eliseu e o Lúcio participaram de uma preparatória realizada em Goiânia para a escolha dos representantes de todos os Estados” (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, [19--]b, p. 305).

**10** Cabe o esclarecimento do termo *escola*, que aparece seguidamente nos documentos da época: escola tem o sinônimo de curso, de faculdade. Por exemplo: a escola do Direito, a faculdade de História, o curso de Filosofia.

**11** Eduardo Faerstein, na época estudante de medicina da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e militante do PCB, relata que com os CAs e o DCE da universidade fechados, sobraram na estrutura, podendo exercer potencialmente a função de representação, os conselhos da universidade, nos quais os estudantes tinham assento: “E as pessoas com quem eu convivia, na época, então, investiram na ideia de fortalecimento da estrutura, que não estava banida. Era previsto nos regimentos da universidade. Então, de certa forma, aproveitamos o que era permitido para tentar alargar os limites desse permitido.” (Depoimento de Eduardo Faerstein à autora, no Rio de Janeiro, em 08.07.2008).

**12** Cabe a ressalva de que, em vários documentos produzidos pelos militares, encontra-se a designação APML do B se referindo à corrente Ação Popular. Na época, a AP já passara a se chamar de APML, como veremos no segundo capítulo.

**13** O Decreto-Lei n. 464, de 11.02.1969, regulamentou a Lei n. 5.540, de 28.11.1968, que regula o funcionamento das universidades e faculdades, sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura.

**14** Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

**15** “O PCdoB, por sua vez, ficou com a maioria dos cargos na diretoria. O partido elegeu Ronald Rocha (RJ), Marco Aurélio (MG), Rufino (CE), Maria Emília (BA), Jorge Paiva (SP) e Luís Oscar (RS). A AP indicou Honestino Guimarães (DF), Umberto Câmara (PE), Neuton Miranda (MG), Alírio Guerra (RN) e Pedro Calmon (RS). Como podemos notar, ocorreu uma grande renovação de dirigentes, especialmente entre os comunistas. Uma renovação que só pode ser fruto de trabalho político nas escolas.” (BUONICORE, 2008).

**16** Caio Túlio Costa, em seu livro, traz informações sobre os estudantes mencionados neste parágrafo. (COSTA, 2003).

**17** Depoimento de Ronald Rocha à autora. Belo Horizonte, em 11.01.2010.

**18** Caio Túlio Costa propõe como momento de “virada” no ME o ano de 1973, a partir da morte de Alexandre Vannucchi Leme. Como o autor

afirma praticamente inexistir movimentação do ME anterior a esse período, fica claro que, para ele, o primeiro momento para uma auto-crítica dos estudantes ocorreu em 1973. Sem deixar de concordar com Caio Túlio, no sentido de que esse foi um momento de reorientação, e entendendo que as movimentações dos estudantes não esmoreceram nos “anos de chumbo”, a ideia aqui, através da documentação apresentada, é que esse foi um primeiro momento de reflexão e de reorganização dos rumos do ME, mostrando a sobrevivência possível para continuar uma resistência. Encarando as movimentações dos estudantes dentro de um processo, apresento esse momento como um ponto de reflexão, assim como posteriormente, em 1973 e após, apontado pelo próprio Caio Túlio, o momento de criação das tendências, caso da Refazendo, como relata o Turco (COSTA, 2003, p. 279). O documento referido é: UEE/SP. 1971 (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971a). O comitê de formação da Frente de Esquerda Proletária Regional, de maio de 1971, analisando a conjuntura, afirma que o principal saldo das movimentações estudantis de 1968 foi a militarização, sem um ganho efetivo para o proletariado; e, vendo o refluxo do movimento de massas e o aumento da repressão, propõe a construção de novas alternativas para adaptar-se à nova conjuntura, através da política de penetração: “O que visamos pois [...], é a formação de bases revolucionárias. Uma greve, uma luta parcial, as denúncias, a agitação geral, a organização, a formação de militantes são os instrumentos de que lançamos mão para essa tarefa.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1971b). Também atestamos a questão através do documento: Resoluções do Conselho Nacional de Estudantes (UNE), 1970 (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP, 1970b).

**19** Dossiê DOPS intitulado “O movimento estudantil”, referência: Ordem Política (OP) n. 1.194 (CANCIAN, 2008. p. 31).

**20** Sobre essa questão, Renato Cancian aponta: “A prisão dos 693 estudantes em Ibiúna acelerou o processo de esgotamento do movimento estudantil universitário. Paralelamente, a consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 foi acompanhada da ampliação da repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política e eliminaram quaisquer tentativas de retomada do movimento estudantil.” (CANCIAN, 2008. p. 31). Nessa mesma direção aponta Otávio Machado, em sua dissertação de mestrado: “Nesse contexto, o período de 1969 pode ser visto como o de desmantelamento final do movimento estudantil, pois o fechamento de diversos diretórios que apontavam alguma resistência ao regime militar somou-se às prisões dos líderes estudantis após o Congresso da UNE em outubro de 1968.” (MACHADO, 2008. p. 70).